

A MERCANTILIZAÇÃO DA ÁGUA SOB O NEOLIBERALISMO: ESTUDO DOS CASOS COCHABAMBA & ACCRA

RODRIGUES, Marianna de Oliveira²

RESUMO

Esta pesquisa, de caráter qualitativo, possui como objetivo principal a investigação acerca da mercantilização dos recursos hídricos sob a ótica econômica ocidental, regida desde o Consenso de Washington até os dias atuais, pelo viés do neoliberalismo. Para erigir este estudo, analisa-se as premissas conceituais que norteiam o fenômeno da mercantilização de bens comuns, como os recursos naturais, e traz-se como estudos de caso a Guerra da Água de Cochabamba (ocorrida na no Estado Plurinacional da Bolívia, no ano de 2000) e a Privatização da água em Accra (ocorrido na República de Gana, no ano de 2006). Intenciona-se com isso clarificar os interesses neoliberais em torno da água e suas mais diversas utilidades dentro de um sistema econômico, e evidenciar como tal abordagem pode ser nociva para as estratégias de mitigação das mudanças climáticas, para a manutenção do desenvolvimento sustentável e para as dinâmicas securitárias dos países, principalmente daqueles pertencentes ao Sul Global.

Palavras-chave: Hidropolítica. Neoliberalismo. Meio Ambiente. Cochabamba. Accra.

² Doutoranda e Mestra em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Pesquisadora associada ao Instituto de Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE) e ao Laboratório de Estudos de Defesa e Segurança (LEDS-UniRitter). Especialista em Hidropolítica e Geopolítica da Água no Sul Global. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2313622364568146>. Contato: marianna.oliveira08@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O modelo econômico neoliberal e a exploração desenfreada dos recursos naturais são duas esferas que caminham lado a lado, uma vez que há o entendimento de que os recursos naturais, são grandes ativos estratégicos no que tange ao estabelecimento dos sistemas produtivos e econômicos dos Estados contemporâneos.

No caso da água, há ainda o fato de sua necessidade à vida humana e tudo que permeia sua subsistência. Todavia, conforme o sistema capitalista neoliberal expande sua atuação, principalmente na esfera ocidental do globo, cresce o interesse na exploração, uso e domínio de tais recursos.

É desta forma que emergem fenômenos como a privatização, a mercantilização e a financeirização de recursos naturais, de modo a criar uma lógica acumulativa em torno de recursos primordiais para a vida em sociedade. Com isto em mente, este artigo objetiva analisar como ocorreram os processos de mercantilização dos recursos hídricos em duas regiões distintas, mas que tiveram resultados semelhantes no que se refere à efetividade da resistência anti privatização. Para isso, optou-se pelos casos de Cochabamba, importante cidade boliviana, e de Accra, capital do Estado de Gana. O objetivo central desta pesquisa é responder ao questionamento de como diferentes Estados, em diferentes dinâmicas regionais periféricas, se relacionam diante do mesmo fenômeno: a transformação de seus recursos hídricos em ativos financeiros.

Valendo-se do referencial teórico marxista, analisa-se ambos os casos pela ótica da acumulação primitiva, vista em Karl Marx, (1867) e acumulação por espoliação, elaborada por David Harvey, (2003; 2011) e revisitada por Jason W. Moore, (2015). Em seus estudos, Marx teoriza que o capital é um produto da acumulação gerada através da expropriação de recursos dos trabalhadores. Já no trabalho de Harvey e Moore, que revisitam a obra marxista, o argumento é de que o capitalismo nunca deixou de lado a acumulação primitiva, porém esta assumiu novas formas sob a ótica do neoliberalismo. Isto é, seus modus operandi hoje se dá por meio de privatização massivas de bens públicos e recursos naturais, expropriação de terras indígenas e periféricas, financeirização de setores que antes não eram vistos como ativos econômicos e instrumentalização de dívidas públicas e crises financeiras como ferramentas de

controle e pressão política.

De modo a construir uma linha de raciocínio coesa dentro desta análise, o artigo estrutura-se em três partes. Na primeira, faz-se revisão dos conceitos que abarcam a lógica neoliberal, que embasam a corrida pela geração de lucro em cima dos recursos naturais. Em um segundo momento analisa-se como se deu a crise hídrica em Cochabamba (2000), a partir das relações entre os setores público e privado, e quais foram seus efeitos sobre a população. E numa terceira seção, aborda-se a crise hídrica em Accra (2006) e suas semelhanças e diferenças diante de um mesmo fenômeno.

1. O NEOLIBERALISMO E A PRIVATIZAÇÃO DE BENS COMUNS

A relação entre o neoliberalismo e a exploração insustentável de recursos naturais já é largamente conhecida no campo de estudos da Economia e das Relações Internacionais. Isto porque, parte da lógica histórica de acumulação primitiva e contínua, analisada por Marx em “O Capital: Crítica da Economia Política, Volume I”, conforme aponta Marx, (1867). No modelo capitalista, desde seu surgimento, os recursos naturais são explorados, acumulados e convertidos em insumos para a geração de riquezas, sejam elas financeiras (oriundas dos insumos produtivos, como terras, produções agrícolas ou minerais) e energéticas (oriundas do petróleo, gás ou da água), recursos esses tidos como bens comuns.

Se a lógica da acumulação primitiva foi o que permitiu a emergência do capitalismo como sistema produtivo e gerador de riquezas, através da expropriação violenta de terras, recursos e trabalho humano; a lógica da acumulação contínua foi o que permitiu a manutenção deste sistema, através da lógica produtiva expansionista e da mercantilização de novas esferas da vida, que não faziam parte da lógica do mercado, sendo transformadas em novas fontes de extração da mais-valia e criando novos espaços para a acumulação.

Nestas novas esferas de exploração da mais-valia, podemos incluir: i) recursos naturais e bens comuns — como a água e a privatização dos sistemas de abastecimento e a mercantilização via títulos financeiros ; o ar e as emissões de carbono onde identificamos a criação do mercado e créditos de

carbono que comercializa permissões para emissões de gases poluentes ; a biodiversidade e a biopirataria, onde há décadas já vemos o patenteamento de organismos vivos, sementes geneticamente modificadas e conhecimentos tradicionais da cultura indígena sendo apropriados por grandes redes farmacêuticas e agroindustriais, conforme indica Swyngedouw, (2005) ; ii) o corpo e a vida humana — como a esfera da saúde e biotecnologia, onde há a privatização de sistemas de saúde, o registro de patentes sobre medicamentos essenciais e a financeirização de setores biomédicos, responsáveis pela precificação de tratamentos ; a esfera de reprodução e genética, na qual ocorre a comercialização de gametas, aluguel de úteros e a manipulação genética para fins comerciais ; e a esfera de órgãos humanos vitais, sobre o qual atua o crescente mercado de transplantes, que gera novas problemáticas para a esfera securitária a partir das desigualdades globais, como é o caso do turismo de transplantes e o tráfico de órgãos em países periféricos; e as redes ligadas ao neurocapitalismo, onde há a comercialização de dados cerebrais e desenvolvimento de tecnologias para monetizar a cognição, como as interfaces cérebro-máquina financiadas por grandes corporações como a Neuralink, segundo apontam Cooper; Waldby, (2014); Scheper-Hughes, (2000); Lesaja; Palmer, (2020).

Outras esferas também podem ser listadas são: iii) sociedade e cultura — incluindo esferas como a educação, onde já se vislumbra a financeirização da educação superior, na qual as universidades se transformaram em grandes corporações, e a criação de mercados financeiros voltados à concessão de empréstimos estudantis ; esfera de segurança e defesa, onde evidencia-se a privatização dos serviços militares e a expansão de empresas não-estatais na segurança de diversas esferas do Estado, como a Blackwater ; a esfera do sistema penal, no qual há o crescimento das prisões administradas pela esfera privada, criadas a partir de uma necessidade gerada pelo aumento exponencial da população carcerária e a superlotação das prisões federais, principalmente em países como os EUA ; e a esfera da cultura e criatividade, que capitalizam bens culturais através de plataformas digitais, monetizando a criação artística via algoritmos e extração de dados, como podemos observar em plataformas como Spotify e Youtube) ; e iv) a vida digital e os dados pessoais — aonde vemos as microesferas da economia da atenção, fenômeno em que as corporações

transformam o tempo de atenção dos usuários em mercadoria, através da publicidade e da manipulação do comportamento digital via algoritmos; da financeirização dos dados, esfera na qual informações pessoais são coletadas e vendidas como ativos financeiros para empresas dos ramos do marketing e da segurança cibernética; e a tokenização da identidade, que configura-se como a utilização dos blockchains para mercantilizar aspectos identitários como cidadania digital e créditos sociais, como hoje são utilizados em projetos de identidade digital para refugiados e imigrantes e demais mercados vinculados à emissão de vistos e documentos de legalidade entre vários países, consoante indicam Mota, (2020); Friedrich; Philippi, (2020).

À parte destes vários fenômenos, dentro da lógica capitalista, os recursos naturais são percebidos e abordados como mercadorias intrinsecamente ligadas ao funcionamento das cadeias produtivas globais, que agem dentro da lógica da expropriação de terras e recursos para geração e acumulação de riquezas, segundo destaca Marx, (1867).

Com a expansão das cadeias produtivas e do viés neoliberal pós-Consenso de Washington — que atravessaram o meados do século XX e se mostram cada vez mais fortes no século XXI —, a exploração dos recursos se intensificou progressivamente, conduzindo às práticas de mercantilização de bens comuns, de desregulação estatal e de ampliação do papel da esfera privada na gestão dos recursos naturais, pilares primordiais dentro da esfera neoliberal.

Segundo Rafael Flores (2009, p. 57): “O neoliberalismo é uma prática política que, através da supremacia do capital, tornou-se a forma hegemônica pela qual se alcança o desenvolvimento”, sendo considerado o modelo de desenvolvimento padrão na sociedade ocidental, através do qual se mede o nível de poder e riqueza de uma nação. Carregado de um ideário que advoga contra o poder do Estado e sua capacidade de prover os insumos básicos à subsistência das sociedades, o neoliberalismo é visto como a “demissão” do Estado enquanto sociedade política, conforme afirma Bourdieu; Wacquant, (2005) e a transferência de suas responsabilidades em termos de suprimento de demandas e serviços às mãos do livre mercado, que as administraria a partir da lógica de competitividade, se encarregando da melhoria e da redução dos preços de serviços básicos à sociedade civil, conforme aponta Flores, (2009).

Apesar do polêmico debate acerca da efetividade desse deslocamento de funções — uma vez que, segundo Gramsci, (1989), não se pode separar o Estado da sociedade civil —, houve larga flexibilização das regulações ambientais e incentivos à privatização de bens comuns considerados valiosos ao sistema econômico, como terras agrícolas (fortemente disputadas pelo agronegócio, principalmente atrelado à exportação) e minérios (ligados à fabricação de produtos de alto valor agregado).

Dentre estes, o recurso mais disputado e debatido no âmbito da flexibilização legal e apropriação privada é a água. Isto porque se trata de um recurso essencial, porém finito, do qual dependem todas as nações, independentemente de seu status na hierarquia internacional. Os recursos hídricos chamam atenção pela constante modificação nos volumes de seus rios e bacias que, numa combinação entre mudanças climáticas e exploração insustentável, apresentam tendências cada vez maiores de retração e até mesmo de escasseamento, conforme aponta Rodrigues, (2021). Por isso, há décadas são gerados debates em ambos os lados: o da preservação ambiental, e o da exploração lucrativa e seus impactos no acesso e distribuição da água, consoante indica Swyngedouw, (2005).

As práticas atreladas ao ideário neoliberal são responsáveis por reforçar as desigualdades estruturais oriundas da divisão internacional do trabalho³ — tanto no ambiente micro, entre as divisões e classes dentro de um mesmo Estado; quanto no ambiente macro do sistema internacional e nas interações entre os Estados e demais agentes. Assim, evidencia-se a disparidade entre Norte e Sul Global, conduzindo a um ambiente hostil, onde há dominância de alguns Estados em detrimento de outros.

Deste modo, as nações consideradas periféricas — pertencentes, em sua grande maioria, ao Sul Global — se tornaram os epicentros da extração de matérias-primas e recursos naturais, tendo incluído em suas agendas recentes preocupações com as questões ambientais, sociais, e geopolíticas. O desequilíbrio de poder entre Norte e Sul global gera pressões que podem, no

³ Uma das características primordiais do sistema capitalismo liberal, configura-se através da divisão Centro-Periferia, na qual as nações consideradas desenvolvidas se especializam na produção e comercialização de bens industrializados e serviços de alto valor agregado, e os países considerados subdesenvolvidos se especializam na produção e exportação de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado, reforçando relações de dependência e subdesenvolvimento, segundo afirmam Wallerstein, (1974); Hirata, (2018).

longo prazo, se transformar em litígios ou conflitos, como é o caso dos eventos analisados neste artigo, ambos ocorridos em países considerados periféricos: Bolívia e Gana.

Visando compreender a influência do Neoliberalismo no aumento das tensões geopolíticas e até mesmo dos conflitos, neste artigo trabalha-se com os conceitos de Privatização, Mercantilização e Financeirização de bens comuns como a água. Em linhas gerais, a Privatização configura-se como a transferência da propriedade/controle de recursos ou serviços públicos para o setor privado. Tal fenômeno se utiliza da base conceitual do neoliberalismo — que traz à tona a eficiência de mercado e a redução do papel do Estado na economia — para justificar as alternâncias nas dinâmicas de uso e domínio de bens comuns, segundo comenta Hayek, (1944).

A crítica mais frequentemente tecida ao fenômeno da Privatização é a desigualdade estrutural gerada, por tornar recursos e serviços essenciais — como água, energia e transporte, antes acessíveis de maneira universal —, em ativos que passam a depender do poder de compra de determinada sociedade. Tal processo acaba por criar problemas como a concentração de mercado e os oligopólios⁴, ao invés da almejada eficiência e competição mercadológica, consoante aponta Harvey, (2005).

No que tange a Mercantilização, trata-se do fenômeno que ocorre quando um recurso/serviço não pertencente à lógica de mercado passa a ser tratado como uma mercadoria. Não implica necessariamente na transferência de propriedade, mas se traduz na lógica de precificação e na geração de escassez artificial, a fim de gerar dinâmicas de compra e venda. Se justifica através do conceito marxista de reificação e fetichismo da mercadoria⁵, que traduz no fenômeno em que bens de valor social são transformados em mercadorias, segundo afirma Marx, (1867).

A principal crítica a este processo é que leva à ruptura dos direitos sociais,

⁴ Estrutura de mercado que se caracteriza pela presença de um pequeno número de grandes empresas que dominam a oferta de determinado bem ou serviço, exercendo forte influência no que tange às alternâncias de preços e condições de concorrência. O maior exemplo de oligopólio que podemos citar é no setor petrolífero mundial, dominado pelas gigantes ExxonMobil, Shell, BP e Chevron, responsáveis pelas principais mudanças na lógica da economia petrolífera, de acordo com Stigler, (1964); Tirole, (1988).

⁵ É definido no Dicionário do Pensamento Marxista, segundo Bottomore, (1988), como a relação social entre produtores, relação que coloca diferentes modalidades e quantidades de trabalho em equivalência mútua enquanto valores. Pode ser considerada ainda como uma relação que existe não entre os produtores em si, e sim entre os produtos de seus trabalhos.

uma vez que ignora externalidades sociais e ambientais, considerando na equação apenas sua viabilidade econômica. Já a Financeirização, configura-se como um estágio mais avançado da mercantilização, no qual os bens tangíveis e intangíveis de caráter comum são convertidos em ativos financeiros especulativos, deslocando seu controle do âmbito estatal ou das empresas para o mercado financeiro global, ficando à mercê de suas oscilações, facilmente manipuladas em prol da geração de lucros, de acordo com Bayliss, (2014)

Para o enfoque desta pesquisa, debruça-se com mais afinco sobre o fenômeno da mercantilização, visando entender como as decisões políticas e econômicas que levaram os Estados boliviano e ganês à tomada de decisão em prol da mercantilização da água resultaram na ascensão de litígios, e como sua intensificação pode trazer um possível cenário conflitivo para suas dinâmicas regionais, respectivamente na América do Sul e África Ocidental.

2. A GUERRA DE COCHABAMBA (2000): ESCASSEZ, MÁ DISTRIBUIÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA ÁGUA NA BOLÍVIA

O conflito da água ocorrido na cidade boliviana Cochabamba no ano de 2000, pode ser visto como um dos episódios mais emblemáticos dos países periféricos no que se refere à resistência contra a lógica econômica neoliberal, que busca a mercantilização dos recursos hídricos. Situado no contexto da governança hídrica global, o caso de estudo aqui analisado exemplifica muito bem as dinâmicas acumulação por espoliação e alienação do controle do Estado, em prol do domínio de grandes organismos financeiros internacionais.

A Bolívia foi o segundo país do Cone Sul a dar início à implementação de práticas neoliberais, estruturadas pela ótica “menos Estado e mais mercado”, conforme afirma Portugal, (2007), lógica mercadológica que se consolidou ao longo das décadas de 1980 e 1990, período no qual o Estado boliviano se recuperava de mais de duas décadas de ditadura militar. Através da Nova

Política Econômica (NPE), o país andino passou por uma série de reestruturações políticas e econômicas, que se baseavam na liberalização dos mercados aos investimentos estrangeiros e na diminuição da participação do

setor público nas decisões do Estado, consoante declara Drumond, (2015).

Cochabamba, a terceira maior cidade da Bolívia situada a leste da Cordilheira dos Andes, é abastecida pelo Rio Rocha (nascente do Rio Grande) que pertence ao sistema hídrico da grande Bacia Amazônica, possui uma complexa historicidade quanto às dinâmicas de acesso, gestão e distribuição da água. Segundo Drumond (2015, p. 191):

O vale central de Cochabamba foi povoado no período pré-colonial por etnias ligadas à cultura Inca. Segundo a forma organizacional de tal etnia, cada grupo populacional mantinha um território com terra e água para uso comum e a cada nova divisão territorial se levava em conta também a partilha destes recursos. [...] tais práticas moldaram a forma como estas comunidades se relacionam com os recursos hídricos, estabelecendo formas organizacionais tradicionais, bem como as premissas para o direito à água e os padrões de distribuição, manutenção e desenvolvimento sistema hidráulico.

No que tange ao âmbito físico, sua geografia lhe confere uma posição situada numa região semi árida, na qual a disponibilidade hídrica é naturalmente limitada, conforme afirma Drumond, (2015). Soma-se a isso as dinâmicas decorrentes do desenvolvimento humano e econômico, como a crescente urbanização, que combinadas com infraestrutura precária e uma distribuição desigual do recurso, intensificaram a escassez, impactando sobretudo as comunidades de baixa renda.

O crescimento de Cochabamba e de seus arredores como importantes eixos de abastecimento agrícola para a capital La Paz, implicou no aumento exponencial da demanda hídrica regional, todavia o sistema hidrológico local era historicamente ineficiente em seu atendimento. Já antes da privatização, contava com apenas 51% da população de Cochabamba com acesso regular à água encanada, enquanto as áreas periféricas dependiam de caminhões-pipa ou poços artesanais, com um custo significativamente maior, de acordo com Prfimer, (2010). Esse cenário reflete não apenas um problema de escassez física de água, mas também uma crise de governança e desigualdade na distribuição, que enfraquecem as estruturas de controle político e econômico, levando às decisões mercadológicas como a mercantilização.

A privatização da água em Cochabamba foi instrumentalizada a partir de uma série de reformas neoliberais adotadas pelo governo de Hugo Banzer Suárez (pensadas e discutidas ainda sob a presidência de Gonzalo Sánchez de

Lozada), sob a influência da agenda de Política Externa dos Estados Unidos, em conformidade com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como parte dos programas de ajuste estrutural, essas instituições condicionaram empréstimos à reestruturação dos serviços públicos, incluindo a privatização do setor hídrico de Cochabamba no ano de 1999, que levou à concessão da gestão hídrica da estatal Servicio Municipal de Aguas Potables y Alcantarillad (SEMAPA) à empresa de capital privado Aguas del Tunari, controlada pelo conglomerado internacional Bechtel, tendo em vista a construção do grande projeto Misicuni, que tinha como objetivo o aumento da vazão da bacia pela criação de uma laguna de escoamento permanente, conforme destaca Laserna, (2010).

O contrato de concessão incluía não apenas o fornecimento urbano, mas também a regulação de poços comunitários e sistemas locais de captação subterrânea (criados pela população, já em resposta à escassez natural que a geografia da região lhes conferia) e outras fontes tradicionais de acesso à água, limitando significativamente a autonomia das populações locais sobre o recurso.

O resultado imediato da privatização foi a redução da qualidade dos serviços e o aumento drástico das tarifas de uso e distribuição da água, chegando a representar entre 20% e 30% da renda mensal das famílias de baixa renda, consoante aponta Olivera, (2004). A nova legislação, promulgada através da Nova Lei de Águas, impedia o uso de fontes alternativas sem autorização da concessionária, tornando ilegal a captação de água da chuva ou o uso de poços artesanais, o que acentuou a percepção da água como um bem de mercado, em detrimento de seu caráter essencial à vida, conforme afirma Drumond, (2015).

Diante disso, a resposta popular à privatização foi imediata e massiva, por ter se evidenciado a dinâmica de desigualdade no acesso aos recursos hídricos. A Coordenação da Defesa da Água e da Vida (CDA) emergiu como o principal movimento de resistência, agregando sindicatos, camponeses, trabalhadores urbanos, comunidades indígenas e grupos sociais e políticos como a Central Obrera Boliviana (COB) e o Movimento Sin Tierra. Seu papel foi fundamental na instrumentalização e articulação da resistência popular que pressionou o governo pela reversão da privatização da água em Cochabamba, de acordo com Olivera, (2004).

No rol de ações CDA, é possível listar: i) as mobilizações populares,

organizadas na forma de protestos e greves gerais, bloqueios de ruas, manifestações massivas nas ruas de Cochabamba e confrontos com as forças de segurança do governo, interrompendo temporariamente os serviços de água ; ii) as estratégias de resistência local e mobilização comunitária, envolvendo moradores de todas as áreas da cidade, e estabelecendo comitês de base nas comunidades mais afetadas, a fim de organizar e educar a população sobre os impactos da privatização e alternativas para a reestatização da água ; e iii) a luta por solidariedade internacional, que conseguiu galgar apoio de movimentos sociais internacionais, como ONGs ativistas de diversas partes do mundo, conferindo maior visibilidade à luta cochabambina, e causando pressão ainda mais forte sobre as multinacionais e o governo boliviano, em conformidade com Haar, (2009).

A repressão estatal foi severa, resultando em centenas de feridos e na morte do jovem manifestante Víctor Hugo Daza. Diante da pressão popular, o governo boliviano foi forçado a reverter a privatização, rompendo o contrato com a Aguas del Tunari e restituindo o controle da água à administração pública. A vitória popular em Cochabamba foi um grande marco na resistência contra a mercantilização e privatização da água e demais recursos naturais vitais, e foi responsável pela consolidação da CDA como um exemplo de organização popular de sucesso no combate às políticas neoliberais, e motivando organizações de diversas partes do mundo a questionar lógicas mercadológicas exploratórias e nocivas aos direitos humanos e sociais.

O caso da Guerra da Água em Cochabamba ilustra as contradições da governança neoliberal da água, evidenciando a fragilidade das políticas de privatização impostas a países do Sul Global sob o discurso da eficiência econômica. Do ponto de vista da Economia Política Internacional, o conflito reflete a tensão entre a lógica de mercado e o direito humano à água. Demonstra também a aplicação do conceito de acumulação por espoliação, consoante destaca Harvey, (2003), onde bens comuns são apropriados por corporações transnacionais, muitas vezes com o respaldo de instituições financeiras internacionais. Além disso, a tentativa de privatização da água na Bolívia insere-se em um contexto mais amplo de colonialidade do poder, de acordo com Quijano, (2000), na medida em que reforça a dependência estrutural das economias periféricas e a imposição de modelos ocidentais de governança

ídrica sem considerar as especificidades locais.

3. A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA EM ACCRA (2006): FINANCEIRIZAÇÃO DE BENS COMUNS E IMPACTOS SOCIAIS

Assim como o caso boliviano, a privatização da água em Accra, no Estado de Gana, que ocorreu em 2006, é um exemplo notável dos impactos sociais e econômicos da aplicação das políticas neoliberais aos recursos naturais em países do Sul Global. Ambos os casos refletem a intersecção entre a financeirização dos recursos naturais e a lógica econômica neoliberal, que prioriza os interesses privados sobre os direitos básicos e necessidades da população, muitas vezes marginalizada.

A cidade de Accra, capital de Gana, encontra-se situada na região costeira do país, com acesso ao Oceano Atlântico, e faz parte de um vasto ecossistema de clima tropical e sazonal, com chuvas regulares durante a estação das monções (junho a agosto) e volumes significativos de águas subterrâneas. Contudo, mesmo com suas características geográficas bastante favoráveis a reposição dos volumes hídricos anuais, Accra e suas regiões urbanas adjacentes enfrentam sérios desafios relacionados ao estresse hídrico⁶, catalisado pelo crescimento urbano desordenado.

Assim, todo o sistema de distribuição hidrológica da cidade depende de uma combinação de fontes naturais, como o Rio Densu, o Rio Ayensu e vários reservatórios artificiais, incluindo o Reservatório de Weija e o Sistema do Rio Volta, conforme destaca Ghana, (2015). Apesar da abundância relativa de corpos d'água, o acesso à água potável na cidade sempre se estruturou de forma bastante desigual, com grande parte da população vivendo em favelas e áreas informais com infraestrutura precária, onde os serviços de saneamento e distribuição de água eram insuficientes.

Gana foi o primeiro país da África sub-Saariana a conquistar sua

⁶ Diferentemente da escassez hídrica, que se apresenta no âmbito físico, o estresse hídrico se apresenta no campo da administração destes recursos. Ou seja, um Estado ou região entram em contexto de estresse hídrico quando seu aparato administrativo é incapaz de gerir de forma eficiente o uso e a distribuição dos recursos hidrológicos disponíveis em seu território, sejam eles abundantes ou não, consoante sinaliza Rodrigues, (2021).

independência do Império Britânico, no ano de 1957, gerando grande comoção das alas pan-africanistas, nacionalistas e socialistas que apoiavam o governo de Kwame Nkrumah e sua luta anticolonial, conforme aponta Wright, (2001). Seu pós- independência, assim como em muitas outras repúblicas africanas, foi marcado pela implementação de políticas de caráter desenvolvimentista e nacionalista que seguiam os preceitos do socialismo africano, no qual priorizava-se o fortalecimento do Estado, o fomento à industrialização e a propriedade estatal de setores estratégicos.

Dentre os principais marcos da nova política do Estado ganês, evidencia-se a economia planificada através dos investimentos públicos em áreas estratégicas, como infraestrutura, educação e saúde; o controle estatal da água, um recurso que era visto como um direito social de cada indivíduo ganês, não devendo ser tratada como um bem de mercado; e os projetos voltados ao desenvolvimento hídricos, visando atender ao aumento das demandas da sociedade que se expandia exponencialmente. Como parte destes projetos, podemos citar a construção da grande Barragem de Akosombo, iniciado no ano de 1965 com financiamento do Banco Mundial, tendo em vista o aproveitamento do sistema hídrico do Rio Volta⁷ para o fornecimento de energia hidrelétrica e abastecimento de água para variadas regiões de Gana, e até mesmo de Estados vizinhos como Togo e Benin.

O projeto da barragem gerou grande polêmica na dinâmica regional, por conta de seu alto grau de impacto social e ambiental. Estima-se que a obra tenha sido diretamente responsável pelo deslocamento de 35,857 pessoas, incluindo crianças, por conta das regiões alagadas e vilarejos que tiveram de ser realocados por estarem situados em regiões em que se previa o escoamento hídrico da barragem, de acordo com a UNICEF, (2023).

Com a queda de Nkrumah em 1966, em um golpe militar motivado pelo descontentamento com o crescente endividamento do país e as dificuldades econômicas encontradas pelo modelo de desenvolvimento socialista, emergiu o governo do general Joseph Ankrah, que foi responsável por reverter todas as

⁷ Com 124m de altura e 660m de comprimento, o Lago Volta é considerado um dos maiores lagos artificiais do mundo em termos de volume e área de superfície. O reservatório do Lago Volta cobre um terço da área terrestre de Gana — um total de 8.502km². Com uma capacidade de 148km³, o Lago Volta, com 400 km de extensão, também é o terceiro maior lago artificial do mundo em volume, conforme dados do ICE, (2025).

políticas socialistas e industrialistas criadas no governo anterior, desnacionalizando setores estratégicos, e paulatinamente, se aproximando do Ocidente. A partir disso, instaurou políticas de austeridade e, principalmente, de redução do papel do Estado na economia. Sua popularidade entre setores conservadores e empresários era grande, mas diante da população em geral, foi bastante criticado por suas ações que valorizavam interesses externos, consoante afirma Boafo-Arthur, (1999).

As instabilidades do Estado ganês persistiram, principalmente no âmbito político, caracterizado por muitos golpes militares e oscilações no modelo democrático de governo. O cenário se alternava entre governos militares - em sua maioria de caráter nacionalista, porém não eficientes em conter a crise econômica que se alastrava e aumentava a inflação e os níveis de desemprego e a dívida externa com os credores internacionais - e outrora governos democráticos neoliberais, que evidenciavam as desigualdades sociais, e buscavam no capital externo a solução para a crise econômica de Gana, conforme destaca Boafo-Arthur, (1999).

Com as diversas oscilações no governo, o projeto neoliberal que tentava restaurar a economia ganesa trouxe consigo uma série de reformas, como o Programa de Ajuste Estrutural (PAE), guiadas por grandes instituições financeiras internacionais - como o FMI e o Banco Mundial, e criaram inúmeras condições a serem cumpridas para a concessão dos empréstimos solicitados pelo Estado ganês.

O PAE se caracterizou principalmente pelas políticas de privatização de empresas estatais, abertura da economia ao capital estrangeiro, desvalorização da moeda nacional para aumentar a competitividade nas exportações e redução do papel do Estado na economia, e corte de subsídios estatais a serviços essenciais como água e energia, consoante o World Bank, (1994).

Como parte dessa agenda, os serviços de água começaram a ser privatizados, com a Aquafed, uma empresa multinacional, sendo contratada para gerir a distribuição de água em Accra. Assim, o governo de Gana assinou um contrato de concessão em 2006, permitindo que a água se tornasse, em grande parte, um bem de consumo mercantilizado, com tarifas estabelecidas por leis de mercado, sem considerar as desigualdades de acesso.

O governo apresentava estas iniciativas como uma tentativa de melhorar

a eficiência e reduzir os custos operacionais. Todavia, seus resultados conduziram a consequências profundas, principalmente, para a população de baixa renda, que passou a ser excluída dos serviços de água potável, agora comercializados a altas tarifas, criando assim uma forte dependência das fontes alternativas (como poços artesanais e compra de água engarrafada), além de enfrentar um aumento significativo nas tarifas, de acordo com Boafo-Arthur, (1999).

Assim como em Cochabamba, em Accra, a população também se organizou para resistir à privatização da água, principalmente por meio de movimentos sociais e coalizões nacionais e internacionais que instrumentalizam ações políticas para pressionar o governo. No ano de 2001, em contraposição às políticas de privatização do governo de John Agyekum Kufuor, foi implementada uma das principais iniciativas anti-privatização, a National Coalition Against the Privatisation of Water (NCAP), que desempenhou um papel central na luta contra a privatização dos serviços hídricos em Gana, conforme afirma Cappa, (2021).

Reunindo diversas organizações da sociedade civil, sindicatos, ONGs e grupos comunitários, a NCAP foi responsável por contestar a política de privatização da água imposta pelo governo ganês, sob pressão do Banco Mundial e do FMI, mobilizando protestos de rua, campanhas de conscientização, audiências públicas e lobby político para mobilizar a população e expor os impactos negativos da privatização. Seu principal argumento se valia do fato de que a privatização da água aumentava os custos para as comunidades pobres, assim como ocorreu em Cochabamba, além de comprometer a soberania do país sobre seus recursos hídricos, consoante destaca Cappa, (2021).

Seu protagonismo no eixo central da luta contra a privatização hídrica teve um enorme impacto, que foi capaz de obter apoio de organizações internacionais como a Transnational Institute (TNI) e a Public Services International (PSI), que denunciaram os impactos sociais e econômicos da financeirização do setor hídrico ; e a Water Justice Movement, uma rede internacional de ativistas pela justiça hídrica, que também teve um papel fundamental no auxílio às pressões conduzidas contra governo ganês, expondo como as políticas do Banco Mundial estavam prejudicando populações vulneráveis. Além disso, auxilia também a organizar boicotes ao pagamento de contas de água e ações de resistência civil,

inspirando uma crescente insatisfação pública contra o modelo privatizado, de acordo com a Water Aid, (2008).

O resultado da ação conjunta destas organizações e movimentos civis locais demorou a ser visto, mas se concretizou no ano de 2011, quando após muita pressão interna e externa o governo de Gana decidiu não renovar o contrato com a Aqua Vitens Rand, que havia assumido a gestão da água na capital. Assim sendo, o setor foi aos poucos (e com inúmeros desafios) reestatização e passou a ser administrado pela Ghana Water Company Limited (GWCL). O que se apreende deste estudo de caso é que a estatização não significou o fim dos problemas hídricos, mas demonstrou o impacto da mobilização popular na reversão das políticas neoliberais de privatização, conforme salienta Adu-Ampong, (2014).

O papel da financeirização hídrica aqui pode ser entendido como a transformação da água em um ativo financeiro, passível de ser comprado, vendido e especulado como qualquer outro produto ou serviço no mercado. Dentro da estrutura do Estado ganês, isso conduziu a uma gestão voltada para a maximização de lucros e não para a inclusão social, exacerbando ainda mais as desigualdades e afetando especialmente as comunidades mais vulneráveis, em conformidade com Bayliss, (2002); Hirvi, (2012). Dentro desta lógica, um dos principais saldos da financeirização da água em Accra foi o aumento exponencial dos protestos e movimentos de resistência, que tiveram o papel fundamental de pressionar o Estado e as organizações, exigindo a estatização do serviço de fornecimento de água, a partir das fortes evidências de seus efeitos negativos por todo o território do país, consoante aponta Adu-Ampong, (2014).

Para além dos impactos sociais, a privatização da água em Accra também se insere em um contexto geopolítico maior, envolvendo as relações de poder entre o governo de Gana e organismos financeiros internacionais como o FMI e o Banco Mundial, e trouxe impactos para toda a dinâmica regional da África Ocidental. Isto porque muitos outros países deste eixo regional passaram a se ver diante de questões semelhantes, com empresas multinacionais controlando os recursos hídricos e a população sendo compelida a pagar altos preços por um serviço essencial. Esse modelo coloca a água como um bem comercializável e não como um direito básico, uma realidade que gera sérios desafios para a soberania dos países africanos em relação aos seus próprios recursos naturais,

de acordo com McCarty; Healy, (2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em perspectiva comparada, é possível analisar que a resistência anti-privatização de Cochabamba foi a precursora de muitos movimentos de resistência posteriores, que se valeram de seus métodos e organizações político-sociais, evoluindo para estruturas de instrumentalização cada vez mais articuladas. Verifica-se que enquanto em Cochabamba a Coordenação de Defesa da Água e da Vida (CDA) foi um movimento massivo que resultou em uma revolta popular de grande escala; a resistência em Accra, apesar do forte apelo popular, ocorreu de forma mais institucionalizada e baseada em advocacy político, oriundo das experiências extraídas previamente do caso boliviano.

Em ambos os casos evidencia-se o papel fundamental da mobilização popular na luta pelo direito à água e na definição dos limites da privatização como solução para crises hídricas em países periféricos. Tanto o caso de Cochabamba, quanto o de Accra, evidenciam como a água, um recurso vital, tornou-se um elemento central nas disputas geopolíticas e econômicas do século XXI, e como o Estado, quando pressionado por organismos internacionais e corporações transnacionais, facilmente delega a gestão da água ao setor privado, levando tanto ao aumento das tarifas, quanto à precarização do acesso. Ambas as dinâmicas também nos exemplificam como as políticas neoliberais, ao promover a financeirização dos bens comuns, resultam em exclusão social, aumento das desigualdades e aprofundamento da pobreza nas regiões mais vulneráveis. Esse processo, além de afetar diretamente suas respectivas populações, traz consigo repercussões geopolíticas que reverberam por toda a extensão de suas dinâmicas regionais, seja na América do Sul ou na África, locais em que a luta pelo controle dos recursos hídricos e a resistência à privatização devem ser questões centrais nas agendas estatais, bem como, dos órgãos de proteção à Segurança Humana e ao Meio Ambiente.

O fracasso da privatização em Cochabamba gerou repercussões

internacionais, influenciando políticas de resistência contra a mercantilização da água em outras regiões do Sul Global, como África do Sul, Gana, Chile e México. Percebe-se assim, que mesmo geograficamente distantes, os Estados periféricos, que enfrentam as investidas do neoliberalismo sobre seus recursos naturais, são mais próximos do que se pode imaginar. A resistência popular, em ambos os casos, demonstrou a insustentabilidade dos modelos de privatização que priorizam o lucro em detrimento do acesso equitativo ao recurso. Com isso, é possível refletir sobre o quanto as resistências locais em prol da manutenção e proteção dos recursos hídricos são mutuamente influenciadas entre si, sendo possível identificar influências das dinâmicas populares bolivianas nas dinâmicas populares ganesas, e em muitas outras no sistema internacional.

Ao analisar ambos os casos dentro da Economia Política Internacional, torna-se evidente que a questão hídrica transcende a gestão local e se insere em uma dinâmica global de dominação, onde o neoliberalismo impõe a lógica do mercado sobre direitos fundamentais, ampliando desigualdades e perpetuando relações de poder desiguais entre o Norte e o Sul Global. Em uma análise comparativa entre os casos boliviano e ganês, à luz da lente da acumulação por espoliação, conforme destaca Harvey, (2003), revelam-se padrões semelhantes de mercantilização da água sob o neoliberalismo, resultando na expropriação de populações vulneráveis do acesso a um recurso essencial. O principal efeito dessa dinâmica é a transformação dos recursos naturais em ativos financeiros, e são dadas ao capital novas esferas de acumulação, em uma conjuntura que somente os setores tradicionais, como a indústria manufatureira, já não geram o mesmo nível de crescimento.

A partir de uma perspectiva marxista, os casos de Cochabamba e Accra mostram que a mercantilização da água não se configura apenas um fenômeno econômico, mas um mecanismo de dominação política e social, inserido no contexto mais amplo do imperialismo econômico neoliberal que atinge toda a esfera do mundo ocidental. A luta contra a privatização da água nesses países se insere em uma resistência global contra a expropriação dos bens comuns e a destruição das condições materiais de vida das populações periféricas. Assim, esses conflitos não são apenas sobre acesso à água, mas sobre a disputa entre duas lógicas opostas: a lógica do capital, que busca lucrar com um recurso essencial, e a lógica dos direitos humanos, que defende o acesso universal e

igualitário à água como um direito inalienável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADU-AMPONG, E. A. Water Privatisation Policy in Ghana: Stalled for Good or a Strategic Pause? 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/260417347_Water_Privatisation_Policy_in_Ghana (Acesso em: 16 de junho de 2025).
- BAYLISS, K. (2014). “The Financialization of Water”. **Review of Radical Political Economics**, 46(3), p. 292-307. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0486613413506076> (Acesso em: 16 de junho de 2025).
- BAYLISS, K. (2002) ‘Privatization and Poverty: the distributional impact of utility privatization’. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 73(4), p. 603-625. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/bla/annpce/v73y2002i4p603-625.html> (Acesso em: 16 de junho de 2025).
- BOAFO-ARTHUR, Kwame. Ghana: Structural Adjustment, Democratization, and the Politics of Continuity. **African Studies Review**, v. 42, n. 2, p. 41–72, set. 1999. DOI: 10.2307/525364. Disponível em: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=230186718> (Acesso em: 16 de junho de 2025).
- BOURDIEU, P; WACQUANT, L. Una invitación a la sociología reflexiva. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.
- BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CAPPA. Corporate Accountability and Public Participation africa. Africa must rise and resist water privatisation. Disponível em: <https://africawateraction.org/wp-content/uploads/2021/10/Africa-Must-Rise-> (Acesso em: 16 de junho de 2025).
- COOPER, Melinda; WALDBY, Catherine. *Clinical Labor: Tissue Donors and Research Subjects in the Global Bioeconomy*. Durham; London: Duke University Press, 2014. Disponível em: [link suspeito removido] (Acesso em: 16 de junho de 2025).
- DRUMOND, N. A Guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3998> (Acesso em: 16 de junho de 2025).
- FLORES, R. K. O Discurso Como Estratégia de Luta Contra a Mercantilização da Água. Sociedade, **Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 55-

72, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13168> (Acesso em: 16 de junho de 2025).

FRIEDRICH, D.B; PHILIPPI, J. H. M. Inclusão digital e blockchain como instrumentos para o desenvolvimento econômico: Digital inclusion and blockchain as instruments for economic development. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 97–116, 2020. DOI: 10.47975/IJDL/1friedrich. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/friedrichv1n1> (Acesso em: 22 de março de 2025).

GHANA. Water Resources Commission (Act 522). Accra: Government of Ghana, 2015. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/gha212158.pdf>. (Acesso em: 16 mar. 2025) .

GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HAAR, G. Water Conflicts in Cochabamba: The Role of Local Movements in the Fight Against Privatization. *Journal of Latin American Studies*, v. 42, n. 1, p. 55-75, 2009.

HARVEY, D. The New Imperialism. Oxford University Press, 2003.

HARVEY, D. A breve história do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Editora Verso, 2005.

HARVEY, D. O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HAYEK, F. The Road to Serfdom. Chicago: University of Chicago Press, 1944.

HIRATA, H. Divisão internacional do trabalho, precarização e desigualdades interseccionais. *Revista da ABET*, v. 17, n. 1, 2018. Disponível em: [link suspeito removido] (Acesso em: 11 de março de 2025).

HIRVI, M. 'Water Privatization and Social Citizenship: The Case of Urban Water Sector in Ghana', *Journal of Civil Society* 8(4), p. 351-368, 2012. Disponível em: <https://scite.ai/reports/water-privatization-and-social-citizenship-OEwxVO> (Acesso em: 11 de março de 2025).

INSTITUTION OF CIVIL ENGINEERS (ICE). Akosombo Dam. Disponível em: <https://www.ice.org.uk/what-is-civil-engineering/infrastructure-projects/akosombo-dam#:~:text=The%20Akosombo%20Dam%20E2%80%93%20also%20know,n,a%20total%20of%208%2C502km%C2%B2> (Acesso em: 16 de março de 2025).

LASERNA, R. Cochabamba: la Guerra contra el Agua. *Revista OSAL* [online],

n. 18, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal18>. (Acesso em 12 de março de 2025).

LESAJA, Srdjan; PALMER, Xavier-Lewis. "Brain-Computer Interfaces and the Dangers of Neurocapitalism." (2020). Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2009.07951> (Acesso em: 22 de março de 2025).

MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital (1867). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCCARTY, M; HEALY, K. Water Privatisation in Ghana: The Case of Accra. **Water International**, v. 31, n. 3, p. 357-368, 2006.

MOORE, J. W. Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital. London: Verso, 2015.

MOTA, R. M. Reflexões sobre a expansão das Empresas Militares e de Segurança Privada. DefesaNet, 2020. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/sof/reflexoes-sobre-a-expansao-das-empresas-militares-e-de-seguranca-privada/> (Acesso em: 22 de março de 2025).

OLIVERA, O; LEWIS, T. Cochabamba! Water Rebellion in Bolivia. Cambridge, MA: South End Press, 2004.

PORTUGAL, A. El neoliberalismo en Bolivia y Perú. Trabalho apresentado no IVV Colóquio Internacional de Estudiantes de Trabajo Social, "Desarrollo, Política Social y Intervención Profesional" da Universidade do Altiplano, Puno-Perú. 10 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000362.pdf>. (Acesso em 12 de março de 2025).

PFRIMER, M. H. A Guerra da Água em Cochabamba, Bolívia: desmitificando os conflitos por água à luz da geopolítica. Tese (Doutorado em Geografia Humana), São Paulo (SP):Programa de Pós-Graduação em Geografia, FFLCH- USP. 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08022011-153835/pt-br.php> (Acesso em: 12 de março de 2025).

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: HALL, Stuart; DÍAZ-LETA, José (orgs.). Racismo e modernidade: Estudos sobre a colonialidade do poder e do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p. 261-286, 2000.

RODRIGUES, M. O. Segurança hídrica na Bacia do Lago Chade: a água como ferramenta de poder, coerção e conflito. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/222011> (Acesso em: 11 de fevereiro de 2025).

SCHEPER-HUGHES, Nancy. The Global Traffic in Human Organs. *Current Anthropology*, v. 41, n. 2, p. 191–224, 2000. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/300123> (Acesso em: 12 de março de 2025).

STIGLER, G. A Theory of Oligopoly. *Journal of Political Economy*, v. 72, n. 1, p. 44-61, 1964. Disponível em: <https://home.uchicago.edu/~vlima/courses/econ201/Stigler.pdf> (Acesso em: 12 de março de 2025).

SWYNGEDOUW, E. Governance innovation and the citizen: The Janus face of governance-beyond-the-state. *Urban Studies*, v. 42, n. 11, p. 1991-2006, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1080/00420980500279869> (Acesso em: 12 de março de 2024).

TIROLE, J. *The Theory of Industrial Organization*. Cambridge: MIT Press, 1988.

UNICEF GHANA. Akosombo Dam Spillage, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/ghana/blog/akosombo-dam-spillage>. (Acesso em: 16 de março de 2025).

WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System*. Nova York: Academic Press, 1974.

WATER AID. Ghana: The case study of water, sanitation and hygiene, 2008. Disponível em: https://washmatters.wateraid.org/sites/g/files/jkxoof256/files/Ghana%20case%20study_0.pdf (Acesso em: 12 de fevereiro de 2025).

WORLD BANK. *World Development Report 1994: Infrastructure for Development*. New York: Oxford University Press, 1994.

WRIGHT, S. “Creating Spaces to Build Alternatives: The Growing Movement Against Water Privatization in Ghana”. *African Diaspora ISPs*. Paper 73, 2001. Disponível em: http://digitalcollections.sit.edu/african_diaspora_isp/73. (Acesso em: 16 de fevereiro de 2025).